

“Ouzarão vir furtar descaradamente, e buscar novos companheiros, quando ouzavão até pôr fogo às Cazas”: escravizados em fuga na vila de São José de Macapá

Bruno Rafael Machado Nascimento

Secretaria de Estado da Educação do Amapá

Macapá – Amapá – Brasil

professorbrunohistoria8@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender e explicar as fugas de africanos escravizados na fronteira setentrional amazônica (atualmente Estado do Amapá) durante a segunda metade do século XVIII. Utilizou-se documentos transcritos do arquivo público do Pará e do arquivo histórico ultramarino para identificar as táticas de sobrevivência dos trabalhadores negros que viviam na vila de São José de Macapá e os que trabalharam na construção da fortaleza de São José. Percebeu-se que os fugidos criaram várias estratégias para fugir e se manterem em proteção nos mocambos. A principal rota de fuga foi direcionada para o rio Araguari por dois fatores principais: a geografia composta por florestas e rios, bem como, o território era disputado entre Portugal e França o que gerava pouco controle na região em litígio.

Palavras-chave: Africanos. Escravizados. Fugas. Macapá. Quilombos.

Introdução

O antropólogo francês Jean Hurault (1972, p. 112) designou a região entre os rios Oiapoque e Araguari durante o século XVIII de *no man's land*, ou seja, “terra de ninguém”. Ele fazia referência ao espaço supostamente não ocupado efetivamente por franceses e portugueses que disputavam o território que no século XIX ficou conhecido como contestado franco-brasileiro. A despeito da presença pouco efetiva de europeus, havia a atuação de indígenas e negros fugidos da vila de São José de Macapá e de outras vilas em busca da sua liberdade no território “contestado”. O objetivo deste artigo é compreender e explicar as experiências dos africanos que foram escravizados nas “terras do Cabo do Norte”¹ durante a segunda metade do século XVIII, principalmente as fugas

¹ Designação durante o século XVIII para o território entre os rios Amazonas e Oiapoque. Atualmente o Estado do Amapá.

ocorridas da vila de São José de Macapá e dos trabalhos de construção da fortaleza de São José para a região em disputa, sobretudo no rio Araguari.

A região disputada entre os franceses estabelecidos na *Guyane* (atualmente Guiana francesa) e portugueses pode ser identificada no mapa 1. Foi para este espaço que os negros preferencialmente escolherem para fugir e formar as suas comunidades na segunda metade do setecentos. Diversos acordos e conflitos marcaram as relações entre as duas coroas europeias durante os séculos XVII e XIX pela posse do território. Os franceses consideravam como fronteira o rio Araguari ou em alguns momentos o Amazonas e os lusitanos defendiam o rio Oiapoque como limite entre os dois países. Surgiram vários tratados entre essas duas nações que modificaram os limites de acordo com o sabor dos acontecimentos na Europa.

Este imbróglgio permaneceu até 1900 quando a causa foi ganha pelo Brasil. No recorte do mapa 1, cujo título é *Carte Générale de la Guyane*, é possível identificar a pretensão francesa de alargar seu território até o Araguari e a defesa do Brasil de que o limite sempre foi o Oiapoque.

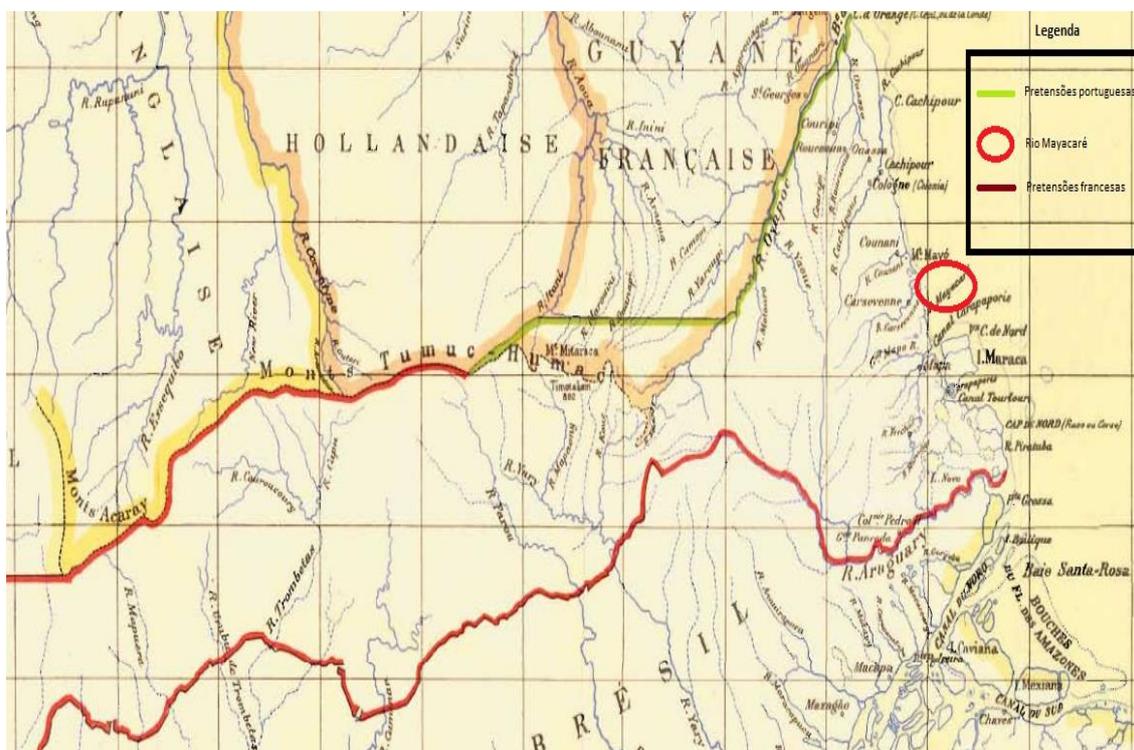


Figura 1: As pretensões francesas e portuguesas/brasileiras.

Fonte: Barão do Rio Branco (2012, apêndice, modificado pelo autor).

A escolha de viver na área em litígio não foi à toa. Os escravizados perceberam que era menos controlada e de difícil acesso. Isso gerou o sentimento de liberdade para

os grupos que buscaram nas matas, rios e igarapés uma nova vida. A própria geografia permitiu certo grau de autonomia, pois labirintos de rios, lagos, floresta, cachoeiras, correntezas, ventos, pororocas serviram como obstáculos para os colonizadores e proteção para as gentes que lá viveram. Espaço privilegiado para formação de quilombos que possuíam composições variadas, por exemplo, de negros, de indígenas somente e destes dois grupos conjuntamente (GOMES, 1997, p. 101).

Faz-se necessário explicar o que se entende por fronteira, pois o conceito perpassará toda a narrativa construída nesta pesquisa. Ela não significa meramente um traço administrativo, mas algo móvel e fluído que está para além das percepções dos diplomatas e conseqüentemente dos Estados europeus. É algo mais intenso e profundo. Flávio Gomes (1997, p. 121) asseverou que a fronteira amazônica era:

[...] um esconderijo social e econômico perfeito para fugitivos e quilombolas naquele contexto amazônico. Assim como em outros lugares, os fugitivos procuravam formar grupos, desenvolver uma economia e mesmo buscar alianças com outros segmentos sociais.

Nesses limites a vida não era fácil, mas os amocambados buscaram resistir e agir contra uma realidade que lhes foi desfavorável. Lutaram contra a escravidão, principalmente por meio das fugas. Sabiam que para sobreviver precisavam criar laços de solidariedades e comerciais; e por isso, não se isolaram. Produziram as suas salgas, farinha e alimentos. Iam à Macapá, conversavam e estabeleciam alianças com negros que viviam na vila, com fazendeiros e até com os franceses (GOMES, 1999, p. 235; LUNA, 2011, p. 101).

Na fronteira amazônica os contatos, as redes de interação, as negociações e tensões se fizeram presente. Dessa forma, concorda-se com Guillaume Boccara (2003, p. 2), para quem as fronteiras são um território imaginado, permeável e instável. Para o historiador Hal Langfur (2006, p. 127), o processo de constituição das fronteiras envolveu não apenas a conquista e a disputa em si, mas também resistências, mediações, negociações, cooperações e assim pode-se escrever a história sob várias perspectivas dos sujeitos envolvidos. É neste sentido que a área entre os rios Amazonas e o Oiapoque é chamada de fronteira, mas principalmente a partir do rio Araguari devido ao pouco controle dos portugueses e pelos conflitos diplomáticos com a França.

Todo o atual Estado do Amapá pode ser considerado uma zona fronteira no período colonial. Na segunda metade do século XVIII a formação da vila de Macapá e a construção da fortaleza de São José exigiram a vinda de diversos sujeitos (açorianos, brancos pobres, militares, indígenas e negros). Os negros escravizados viviam em

péssimas condições e esta situação foi um dos fatores explicativos para as fugas em direção à área disputada entre França e Portugal. Os escravizados foram demasiadamente explorados nas obras da fortaleza e para buscarem a liberdade possível criaram várias táticas, por exemplo, alianças com os quilombolas que passavam informações para onde deveriam fugir, bem como, acordos com os negros das senzalas para juntos fugirem.

Após as fugas a vida nas beiras dos rios e na floresta não era fácil e nem totalmente isolada. Como se demonstrará neste estudo os quilombolas mantinham relações comerciais com os franceses e iam à vila de Macapá tentar cooptar os escravizados a fugirem. Para evitarem a captura pelas autoridades coloniais criaram algumas táticas, por exemplo, caso algum negro se ausentasse da comunidade por um tempo mais longo do comum eles desfaziam as roças e iam para outro lugar, pois desconfiavam da possibilidade de captura e conseqüentemente repasse da localização para os portugueses.

Para compreender as fugas e táticas empregadas pelos escravizados utilizou-se as fontes transcritas do Arquivo Público do Pará presentes na obra *A presença africana na Amazônia Colonial* (1990) de autoria da Anaiza Vergolino – Henry e Arthur Napoleão Figueiredo que trouxe significativa contribuição aos estudos sobre a escravidão no Grão-Pará setecentista ao apresentar uma riqueza documental para os pesquisadores, pois o livro são os documentos transcritos. Nele há uma gama de fontes que tratam dos negros na vila de Macapá a partir da década de 1760, não por acaso, pois o início da construção da fortaleza de São José deu-se em 1764. Esta edificação exigiu e consumiu diversos corpos negros e indígenas que trabalharam no canteiro da obra em si, mas também nas pedreiras, olarias, transportes, canoas, hospitais, cozinhas e pescaria. Também foram analisados documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, principalmente correspondências em que os governadores do Estado do Grão-Pará estavam envolvidos e que tratavam das fugas para região em litígio, assim como para a *Guyane*. A partir das análises destas fontes estabeleceu-se o diálogo com as pesquisas que trataram das ações dos africanos na fronteira conhecida como terras do Cabo do Norte. Aliás, a fronteira também atraiu pessoas e ideias vindas do território francês que circularam entre os escravizados gerando medo nas autoridades portuguesas.

As fugas e ideias vindas de Caiena

Os escravizados da capitania do Grão-Pará não foram apenas explorados, mas reagiram e enfrentaram a violência da escravidão. Criaram táticas com intuito de sobreviver e forjaram espaços de autonomia, como os quilombos ou mocambos², mas também negociaram com os senhores em busca de vantagens naquilo que foi possível, estabeleceram relações de solidariedade entre si e com outros grupos sociais e fugiam (GOMES, 1999, p. 234).

Inicialmente a fuga foi uma empreitada difícil, arriscada e individual. No mato o negro encontrava-se só e às vezes poderia contar com ajuda dos indígenas. Com o passar do tempo ganharam experiência e se organizaram. Os escravizados fugidos contaram, por exemplo, com auxílio dos açoitadores que os escondiam em suas fazendas e por vezes os exploravam. Mas a fuga individual ou coletiva foi sempre um risco e, inclusive, era tipificada como crime (SALLES, 1971, p. 203). O negro era uma propriedade que o senhor não queria perder e reunia todos os esforços para recapturar o seu bem. A escravidão foi extremamente violenta e controladora, mas as resistências fizeram-se presentes.

Eduardo Silva e João José Reis (1989, p. 62), afirmam que as fugas constituíram a unidade básica da resistência e: “para um produtor direto definido como ‘cativo’, o abandono do trabalho é um desafio radical, um ataque frontal e deliberado ao direito de propriedade”. Por outro lado, é preciso alertar que relativamente poucos escravizados conseguiam fugir (SILVA; REIS, 1989, p. 62). A vida nas florestas não tinha nada de romântico, porém:

Os que fizeram, contudo, impuseram grandes prejuízos a seus senhores e afrontaram um sistema poderoso, excludente, total. Sua importância, como a de revoltas e quilombos, não deve ser medida em termos puramente quantitativos. A fuga, como a insurreição, não pode ser banalizada: é um ato extremo e sua simples possibilidade marca os limites da dominação, mesmo para o mais acomodado dos escravos e o mais terrível dos senhores, garantindo-lhes espaço para negociação no conflito (SILVA; REIS, 1989, p. 62-63).

Eduardo Silva e João Reis (1989, p. 63) distinguiram as fugas em dois tipos: as fugas-reivindicatórias e as fugas-rompimento. As primeiras não buscavam um

² Denominação dada à formação de grupos de escravizados fugidos, mas que por vezes viveram também nos quilombos indígenas, criminosos, aventureiros, desertores. Outras vezes, houve mocambos apenas de indígenas. No entanto, a maioria era composto por negros. O “quilombo podia ser pequeno ou grande, temporário ou permanente, isolado ou próximo de núcleos populacionais” (REIS, 1996, p. 16).

rompimento total com o sistema, mas uma “cartada”, isto é, a abertura de negociação com o senhor para obter algum ganho, como por exemplo, para ficar com os parentes ou para diminuir o excesso de violência que um feitor estava cometendo. Atendidas as demandas voltavam à fazenda. Já as fugas-rompimento buscavam a liberdade possível com a formação de mocambos e foram estas as que ocorreram na vila de São José de Macapá principalmente durante a construção da fortaleza de São José (1764-1782).

Em 1749, no rio Anauerapucu (próximo à Macapá) soube-se da existência de um significativo mocambo. Os amocambados (que viviam nos mocambos) ficavam atentos às movimentações dos portugueses e ao perceberem que expedições de resgates de indígenas se aproximavam, eles fugiam e se embrenhavam para o interior das matas (SALLES, 1971, p. 221). Muitos fugidos iam à fronteira setentrional não apenas pelo parco povoamento e controle das autoridades coloniais, mas também pela proximidade com a *Guyane*, onde alguns se escondiam em busca da almejada liberdade. Também as fugas ocorriam em sentido oposto, ou seja, escravizados dos moradores franceses fugiam para o Pará com o intento de obter amparo e proteção contra possíveis crimes cometidos por eles (SALLES, 1971, p. 222). Pode-se citar como exemplo, em 1732, 12 negros fugidos do colono francês João Lomozin estavam no Pará. O cônsul francês entrevistou junto ao rei português para que eles fossem devolvidos e o monarca ordenou ao governador do Estado do Maranhão que restituísse os foragidos, mas que exigisse reciprocidade nas devoluções e que os negros ao retornarem à Caiena não deveriam receber a pena de morte (SALLES, 1971, p. 222).

Em 1752, franceses foram ao Pará para que: “se lhe entregassem algunz Pretos seus escravos que da dita Colônia [Caiena] tinhaõ fugido para esta capitania, restituindo juntamente aquelles que pertenciaõ a Estes moradores” (FURTADO, 1990, p. 222). A escolta francesa trouxe consigo negros escravizados dos moradores da Capitania do Grão-Pará para materializar o princípio da reciprocidade exigido por um acordo de entrega de foragidos entre as duas coroas realizado em 1732. No entanto, Mendonça Furtado afirmou que os indivíduos devolvidos aos moradores de Caiena fugiram e retornaram à Belém. Os fugidos disseram ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão que receberam duros castigos e supõe-se que pela condição deplorável de vida resolveram voltar em busca da liberdade ou de melhores possibilidades de vida. A solução encontrada por Furtado (1990, p. 222) foi: “distribuir por algunz moradores della [Belém]”. Em 1759, dois militares e um civil foram à Belém para buscar os fugidos

da colônia vizinha. As trocas foram contínuas, no entanto, os portugueses acusavam seus vizinhos de nem sempre cumprirem as cláusulas do tratado de devolução.

No ano de 1765, o comandante da vila de Macapá, Nuno da Cunha de Atayde Verona (VERONA, 1990, p. 84), informou ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive, que: “Pretos de Cayena” estavam na vila de Chaves. Apesar do tom formal da correspondência, as autoridades portuguesas sentiam diversos medos da vinda negros fugidos advindos da *Guyane*. No final do século XVIII, o receio de uma invasão às terras lusas tomou conta dos administradores do Estado. Por várias vezes as comunicações entre as autoridades transmitiam inquietações, mormente na fronteira tão porosa e permeável como a da Amazônia setentrional.

O governador do Estado foi informado pelo comandante de Macapá, Manoel da Gama Lobo de Almada (1990, p. 107), em 29 de julho de 1780 que estavam na vila oito negros: “e huma Preta fugidos de huma Feitoria de Cayana”. Eles haviam sido capturados pelo porta bandeira Leonardo José Ferreira que costumeiramente fazia diligências pela região em disputa, ou seja, pelos rios Araguari, Maiacari, Calçoene e outros. Interessante que o comandante acusou os fugidos de terem se: “associado com hum desta Villa, o qual também apanhei” (ALMADA, 1990, p. 107). Ora, isso denota que os negros das duas colônias mantinham no mínimo laços de amizade e até quem sabe de parentesco, ou seja, escravizados dos territórios francês e português trocavam experiências, ideias e materializavam solidariedades.

Imagine as dificuldades enfrentadas desde a fuga em Caiena: rios, correntezas, pororocas, animais, cachoeiras para chegar ao seu destino. Faziam as travessias de jangadas, canoas e contavam com auxílio de outros negros e guias indígenas. Nesta aventura específica quando foram capturados, a mulher negra deu à luz e juntamente com a: “Pretinha que lhe nasceu ficaõ no Hospital”. Por isso, ela e sua filha não foram enviadas com os outros à Belém e ficaram na vila de Macapá (ALMADA, 1990, p. 107). Dirigindo-se ao governador do Estado, o comandante de Macapá, Lobo de Almada (1990, p. 107) assim expressou sua inquietação:

Agora direi mais a V. Excellencia, eu bem sei que estes Pretos podem ter fugido sem motivo que nos dê cuidado; porem taõ bem me lembra que bem pode ser que aditta fugida seja hum pretexto para vir à Macapá alguma Pessoa inteligente observar nos. Eu nesta desconfiança estou prevenido a receber com cautela. E com a mais escrupuloza reserva o Portador de qualquer mensagem que possa respeitar ás minhas suspeitas.

O militar levantou a hipótese de que os fugidos poderiam fazer parte de um plano dos franceses, assim, algum francês poderia chegar à vila em busca dos foragidos

argumentando ser o seu dono ou alguém enviado por ele e, na verdade, ser um espião para observar as condições de defesa, número de militares e posições estratégicas para futura invasão.

Quinze anos depois e após a revolução francesa (1789), mais uma vez o medo rondou as autoridades portuguesas que no final dos setecentos enviaram diligências para supervisionar a fronteira com a *Guyane*. Em correspondência do governador do Grão-Pará e Rio Negro ao Luiz Pinto de Souza, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar e dos Negócios do estrangeiro e Guerra, afirmou-se que em maio de 1795, o comandante da ronda do Oiapoque capturou dois franceses que moravam no referido rio, eram Du Gremoullier e Sahut, eles estavam em território considerado português. Os estrangeiros foram enviados para o destacamento militar que existia no rio Araguari e disseram ao capitão Manoel Joaquim d’Abreu que: “Gremoullier hé solteiro, mas que Sahut hé cazado, e traz sua mulher, dois filhos menores, e hum Escravo” (COUTINHOa, 1990, p. 205). O caso foi informado aos superiores e esperava-se orientações de como proceder com os capturados. O governador Souza Coutinho orientou que o alferes comandante do destacamento interrogasse os franceses.

Após o interrogatório, o militar deveria levar os indivíduos com suficiente escolta para a vila de Bragança e passar pelas proximidades da vila de Chaves, mas não deveriam entrar no rio, pois desconfiavam de possíveis outras intenções dos franceses. O governador Francisco de Souza Coutinho pediu ao comandante do destacamento no rio Araguari que:

[...] informasse se elles traziaõ Livros, manuscriptos ou fulhetos e q’ atermem distribuido alguns fossem surprehendidos, e remetidos à minha Prezença e por esta forma venho a praticar com estes o mesmo que pratiquei com o outro Jacques Caramel (COUTINHOa, 1990, p. 205).

Nesta citação a preocupação era com manuscritos, folhetins e livros que os franceses poderiam possuir. A França estava sob o domínio dos revolucionários e em 1794 o governo decretou o fim da escravidão nas colônias francesas. Dessa forma, o receio era de que as ideias e experiências da colônia vizinha motivassem rebeliões entre os escravizados da América portuguesa. Observe esta passagem:

Sem duvida hé grande o mal q’ se nos pode seguir d’estas fugas da Escravatura, nunca porem sera ella comparavel ao que nos podem cauzar alguns Emissarios mandados a excitar subelevações no interior com a refferida Escravatura, com os Indios, e ainda mesmo com os Brancos que não tendo Escravos não tenhaõ que perder como infelizmente há muito [...] (COUTINHOb, 1990, p. 206).

O governador do Estado reconheceu que as fugas eram problemáticas, mas pior seria se pessoas vindas de Caiena incitassem rebeliões e revoltas dos negros, indígenas e de moradores pobres que não possuíssem escravizados. Isso levaria ao caos o Estado do Grão-Pará e Rio Negro que dependia da exploração do trabalho de ameríndios e negros. Francisco de Souza Coutinho deu a entender que os franceses capturados eram na verdade informantes dos portugueses e seria importante que continuassem a comunicar: “os movimentos que vierem a ocorrer naquela Colonia” (COUTINHO, 1990, p. 206).

Manoel Gonçalves Meninea (1990, p. 153-154) escreveu de Macapá em 29 de novembro de 1794 ao Governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, que na vila se sabia por meio das “Gazetas que chegam da Europa” o que os “Franceses tem praticado nas suas Ilhas”, ou seja, a liberdade aos escravizados (1794) em decorrência da revolução francesa. Isso demonstra o medo que se tinha de que ocorresse o mesmo na América portuguesa e que a liberdade decretada influenciasse os escravizados da região a lutar e fugir em massa para colônia francesa. No final da correspondência o autor concluiu: “e até os mesmos Escravos o não ignorão”.

As ideias e experiências vindas de Caiena circulavam entre os escravizados da região de Macapá. Eles captaram e buscavam ressignificá-las a partir das suas realidades. Estavam atentos à conjuntura internacional, como lembra Flávio Gomes (1996, p. 48) em relação aos amocambados da fronteira com a *Guyane*: “Traziam (ou mesmo levavam) ideias de liberdade. Não ficaram impassíveis ou boquiabertos com as decisões políticas que lhes poderiam ser benéficas e nem permaneceram isolados na imensidão da floresta amazônica”. Coincidência ou não, em Macapá no final do século XVIII aumentaram as movimentações e fugas (GOMES, 1996, p. 48).

O comandante do Araguari, Jozé Leocardio Roiz Camelo, inquiriu Du Gremoullier. Seu escrito é valioso, pois indica que o francês estava em fuga. Gremoullier informou que haviam fugido de Caiena devido à liberdade concedida aos escravizados em 1794 e por isso ele e sua família corriam risco de serem mortos, pois os seus antigos escravizados deram queixa dele. O documento não indica o teor da denúncia, mas o militar português se compadeceu da situação dos foragidos e não queria deixá-los: “expostos as tiranias dos Negros, que a toda hora os ameaça” franceses (CAMELO, 1990, p. 154), e afirmou acreditar nas palavras e intenções dos franceses.

Segundo Ciro Flamarion Cardoso (1984, p. 153), o governador do Estado do Grão-Pará, Souza Coutinho, possuía agentes infiltrados na *Guyane* que obviamente passavam informações sobre os movimentos que lá ocorriam. Eram colonos descontentes

com a liberdade decretada e entre eles estavam: Carmel, Gremoullier e Sahut. Estes dois últimos são os personagens analisados acima. Na verdade, eram espiões dos portugueses que vieram buscar refúgio no Pará. Gremoullier chegou a ser diretor do Jardim Botânico de Belém, onde morreu em 1798.

As fronteiras disputadas pelas Coroas europeias foram marcadas pelas experiências dos diversos atores sociais que viam nela lugar de refúgio, proteção, liberdade, nova vida, mas também um lugar perigoso que precisava ser controlado para evitar problemas. Muitas vezes o medo na consciência das autoridades não encontrava respaldo na realidade histórica. Mas este sentimento não significou um delírio e sim um forte impulsionador de projetos, necessidades e ações.

Paulo Cambraia da Costa (2018, p. 47) analisou as correspondências do governador Francisco de Souza Coutinho com a metrópole, na qual ele se mostrava certo de perder as “terras do Cabo do Norte” para os franceses e foi o primeiro a propor de forma elaborada um plano de invasão à Caiena. Esse discurso do administrador do Grão-Pará e Rio Negro não era destituído de qualquer intenção, mas uma estratégia para convencer seus superiores a invadir de forma antecipada a *Guyane*. A invasão não aconteceu, mas os avanços dos franceses sobre “as terras do Cabo do Norte” eram reais. O tratado de Paris assinado em 1797 definiu o rio Calçoene como limite entre França e Portugal, mas os franceses constantemente ultrapassavam a fronteira administrativa para outros rios e estabeleciam contatos com indígenas e negros fugidos. O clima no final do século XVIII era tenso e os governadores do Grão-Pará e da *Guyane* trocavam correspondências que indicavam o iminente conflito, mas essa possibilidade não encontrava eco na realidade, pois as duas colônias passavam por problemas administrativos e financeiros o que tornava a guerra um empreendimento irrealizável (COSTA, 2018, p. 48).

As condições de vida e as fugas dos africanos na vila de São José de Macapá

As fugas e conseqüentemente formações de mocambos foram direcionadas para região em litígio, ou seja, entre os rios Araguari e Oiapoque. Nesta área de fronteira permeável os africanos e seus descendentes enfrentaram as florestas e rios, assim como, souberam forjar relações, novas experiências e reconfigurações identitárias. Grande parte dos africanos destinados para vila de São José de Macapá a partir de 1764 foram para os trabalhos forçados na construção da fortaleza. O comandante da vila, Nuno da

Cunha de Atayde Verona, informou ao governador do Estado, Fernando da Costa Atayde Teive, que a 7 de fevereiro de 1765 chegara: “sessenta Pretos, que Vossa Excelência remete para o trabalho da Fortificação desta Praça” (VERONAA, 1990, p. 76).

Ainda na primeira metade do mês de fevereiro de 1765 chegaram à Macapá mais 114 negros: “pertencentes ao Senado da Camera dessa Cidade; que se applicaraõ a obra da Forteficaçaõ” (VERONAB, 1990, p.76). Apesar de haver escravizados de particulares que trabalhavam nos serviços públicos, em geral os negros para este fim eram adquiridos com as rendas do senado da câmara das vilas (CAMILO, 2009, p. 149). Foi o caso de Macapá, pois na citação acima trabalhadores escravizados destinados à construção da fortaleza de São José foram alugados do senado da câmara de Belém. Os negros e indígenas foram absorvidos em toda infraestrutura que cercava a obra da fortaleza de São José. Trabalhavam nas pedreiras, olarias, fornos de cal, serrarias, carreteiros, remeiros e tantos outros.

A vida na vila de São José de Macapá não foi fácil para os seus habitantes, pois as condições dos colonos eram precárias o que por vezes geraram desabastecimentos e falta de alimentação aos trabalhadores. Este núcleo populacional esteve envolto em dois projetos, a saber: da defesa e garantia da posse do território; e o outro relacionado à exploração agrícola, principalmente o algodão e arroz (também produziam para seu próprio consumo milho, melancias, bananas e víveres como frango). Foi a falta de braços para trabalhar nas roças dos moradores que afetou a produção dos diversos gêneros (RAVENA, 1998, p. 40).

A partir de 1764 com o início da obra da fortaleza de São José exigiu-se muitos negros e indígenas, e não foi possível atender as necessidades alimentares de todos. Em muitas ocasiões os moradores tiveram que ceder seus escravizados para dar conta da edificação militar. Houve uma desproporção entre produção de alimentos e consumo o que causou o já citado desabastecimento. A fome, alimentação inadequada, doenças e falta de pagamentos aos militares caracterizaram a vida dos trabalhadores em Macapá (RAVENA, 1998, p. 46). Soma-se a isso a exploração dos corpos africanos na construção da fortificação que proporcionou a debilidade e exposição às doenças. Em fevereiro de 1765, Nuno da Cunha informou ao governador do Estado que no hospital havia 14 negros operários que estavam enfermos sendo tratados e alimentados com galinhas para recobrar as forças (VERONAJ, 1990, p. 80).

O número daqueles que necessitavam recuperar a saúde crescia a cada dia, como informou o comandante da vila menos de um mês após afirmar que havia 14 escravizados doentes. Já constavam 55 e 52 sendo cuidados pelo cirurgião com galinhas e vitelas:

Este grande nº de doentes não só Pretos, mas também de Índios da fortificação, da Serraria e Anauerapocú [onde tinha uma pedreira que fornecia pedras para fortaleza], com alguns soldados, me obrigou indispensavelmente a lhe fazer mais hua casa de palha: Separando os de bixigas, e de sarampo que vieraõ em Calcetas [argolas fixadas nos tornozelos e fixadas às cinturas dos prisioneiros ou aos pés de outros prisioneiros por correntes de ferro] dessa Cidade em distinta caza, para que as queixas contagiozas seraõ communicazem aos Pretos, e mais Índios, como me ponderou, e requereo o Cirurgião (VERONAJ, 1990, p. 80).

Nuno da Cunha obedeceu a orientação do cirurgião e construiu uma casa coberta com palha para separar os doentes dos sãos com o intuito de evitar: “que as queixas contagiosas seraõ communicazem aos Pretos”. A separação foi uma tentativa de barrar o contágio entre os trabalhadores dos quais a vila e a fortaleza dependiam. As doenças foram dramáticas devido a dieta deficiente, as condições insalubres dos espaços de trabalho e hospedagem, assim como, a carência de medicamentos.

Os escravizados que viviam em Macapá resistiram de diversas formas às condições impostas, principalmente por meio das fugas. A partir da década de 1760 são abundantes os documentos que tratam destas ações. Em fevereiro de 1765 o comandante da vila alertou os militares que estavam de serviço e os que estavam à paisana que quatro negros “boçaes”³ pertencentes ao senado da câmara de Belém fugiram da obra da fortaleza. Pediu que prendessem o quanto antes os foragidos e alertou que quem tendo a oportunidade não cumprisse a ordem: “dando-lhe qualquer favor, ou servindo-se delles, ou retendo-os por qualquer modo que seja, será logo prezo e castigado” (VERONAJ, 1990, p. 78). Percebe-se a ameaça àqueles que porventura ajudassem ou usassem os escravizados para qualquer outro fim. Ora, isso não foi à toa, mas indica que a prática de esconder, ajudar e explorar os fugidos ocorria na vila.

O comandante da vila de Macapá, Nuno da Cunha, usou várias estratégias para tentar evitar as fugas e capturar os foragidos. Em fevereiro de 1765 os negros aproveitaram a distração da hora do almoço e 17 fugiram:

[...] os faço vigiar de noite pellos seus Cabos; sendo rondados estes, pellos Sargentos das Guardas, para me participarem a falta que encontrarem na observancia desta Ordem; de dia tenho recomendado aos Cabos o grande

³ Boçal era aquele negro recém-chegado da África que não falava a língua portuguesa era considerado rude, sem arte, grosseiro (PINTO, 1832, p. 118). Ladino era o que já estava há algum tempo, falava a língua portuguesa e era tido como esperto (PINTO, 1832, p. 488).

cuidado com que os devem vigiar, tanto nas horas de trabalho, como nas do descanso, não lhes permitindo nestas sahirem do districto da Casa de seu alojamento para ver se posso conter estes Escravos. Parece-me que seria muito conveniente preceder a prizaõ dos Calcetas, o castigo moderado, dos açoutes; para que o temor contivese aos mais das ideia de fugirem (VERONAd, 1990, p. 79).

Todo controle descrito no documento acima, inclusive a ideia de gerar o medo para que outros desistissem da intenção de fugir não foi suficiente. Evitar o desejo por liberdade nem sempre foi possível e por isso a alternativa de caçar os fugidos. No mesmo documento, o comandante da vila de São José de Macapá informou que juntou a: “[...] Tropa e os milhores Indios tenho feito todas as posiveis diligencias, que fico continuando e me ocorrem, para os tirar destes matos” (VERONAd, 1990, p. 79). A referida diligência foi feita, mas apenas 6 foram recapturados e isso por que estavam presos às calcetas. Portanto, com dificuldades de movimentação o que facilitou a captura. Percebe-se que na tentativa de encontrar os negros, os militares contaram com a ajuda dos: “milhores indígenas”. Estes eram utilizados na identificação de mocambos e foragidos, pois conheciam os caminhos da floresta, eram os guias e aqueles que remavam nas canoas, ou seja, eram fundamentais nas buscas. Tanto que até o mês de março conseguiram recapturar mais 7 e restavam 8. Atayde Verona afirmou que tomou a providência de tratar com menor severidade os negros com a expectativa de não fugirem (VERONAf, 1990, p. 80).

Apesar dos esforços feitos para evitar as fugas para os matos e formação de mocambos, os africanos continuaram a criar alternativas de sobrevivência. Atayde Verona afirmou em julho de 1765 que havia: “grande nº de Pretos, que se achaõ auzentes” e para tentar reconduzi-los enviaria: “varias partidas de Indios, Pretos ladinos, e soldados, a ver se concigo a prehendder todos ou parte delles” (VERONAg, 1990, p. 81). O número de fugidos foi de 51, todos do senado da câmara de Belém, isto é, uma grande quantidade que conseguiram escapar. Para tentar recuperar as perdas, o comandante de Macapá enviou uma tropa composta por 25 homens que conseguiu apreender 41 (VERONAh, 1990, p. 82). Nas diligências em busca de africanos percebe-se a presença dos negros ladinos (que já estavam a mais tempo no cativeiro e falavam a língua portuguesa) e de indígenas. Isso demonstra a complexidade da escravidão e das relações estabelecidas na vila de São José de Macapá na segunda metade do século XVIII.

Muitas alianças entre os diversos grupos de africanos foram realizadas antes, durante e após as fugas. Caso emblemático foi a associação entre os escravizados dos moradores da vila e os que trabalhavam na construção da fortaleza de São José de

Macapá. O comandante foi informado de um plano de fuga arquitetado por esses sujeitos. Na ocasião, interrogou alguns africanos e mandou: “açoutar com moderação o que incitavam aquella dezordem, para ver se o temor do Castigo os contem na pernicioso ideia de fugirem” (VERONAI, 1990, p. 84). Mesmo com o açoite realizado para gerar medo e possivelmente as desistências das fugas, os africanos fugiram. 13 indivíduos partiram em busca da liberdade e o detalhe importante foi que os foragidos não foram aqueles que receberam a pena do açoite. Logo, a tentativa de gerar temor nos outros negros não foi suficiente. A saída foi então aumentar a vigilância nos alojamentos dos trabalhadores da fortaleza e proibir: “toda comunicação com os Escravos destes moradores” (VERONAI, 1990, p. 84).

Na vila de Macapá os esforços de controle dos africanos não surtiram os efeitos desejados pelas autoridades. Atayde Verona mandou várias diligências ao enalço dos negros, mas os resultados foram pífios. Assim ele se expressou ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão: “pois ainda que se concegue o reconduzirem-se alguns, não lhe posso inteiramente evitar as fugidas em que continuaõ, com todas aquellas precauçoens que tomo para lhas evitar” (VERONAK, 1990, p. 85). Os escravizados foram inventivos e nada os parava de tentar e obter o sucesso esperado.

Foram vários os motivos das fugas, especialmente as condições de trabalho e o próprio sistema escravista que era violento. Os negros que pertenciam aos moradores da vila exerciam diversas atividades, por exemplo, roçavam, plantavam, colhiam. Mas também eram vaqueiros, ferreiros, cozinheiros. As condições de vida e trabalho para os escravizados eram precárias como já explicado. Muitos doentes, insuficiente alimentação (até comida estragada), desabastecimento e exploração do trabalho sob o sol escaldante da linha do Equador faziam da vida quase um fardo insuportável (CAMILO, 2009, p. 166). A violência marcou as relações entre os indivíduos e o governador Fernando da Costa Atayde Teive fez acusação de que em Macapá os africanos eram maltratados e isso seria a causa das fugas, mas o comandante da vila afirmou que isso não correspondia à realidade e asseverou: “ninguem tem autoridade de os maltratar, e não tem sido poucos os que em algum tempo foraõ castigados por darem pancadas nos pretos” (VERONAI, 1990, p. 89).

As táticas dos africanos e seus descendentes: o caminho para o rio Araguari

A julgar pelas fontes e pesquisas sobre a escravidão negra na região de Macapá a principal rota de fuga foi para o rio Araguari. Neste espaço constituído por cachoeiras, furos, florestas, rios, bem como, de pouca presença dos colonizadores formaram-se diversos mocambos forjados por negros fugidos. Os africanos criaram várias táticas para permanecerem livres e evitar a captura. Caso interessante foi narrado pelo então tenente Leonardo Joze que em janeiro de 1779 foi enviado numa diligência para: “prender huns pretos fogidos do Pouvo desta Villa a outra parte do rio Araguari” (JOZE, 1990, p. 109).

Nesta empreitada foram destacados soldados, cabo de esquadra, um morador e quatro negros. Sua viagem de Macapá ao Araguari e especificamente ao local conhecido por “porto dos negros” decorreram cinco dias e meio. Como não foi possível atravessar para a outra margem do rio, Leonardo pediu para que construíssem uma jangada e enviou soldados para irem à: “outra Banda do Rio ao porto aonde os negros costumavao Esconder huma obá [canoa] Em que as vezes passavam para esta parte” (JOZE, 1990, p. 109).

As autoridades sabiam dos lugares por onde os africanos costumavam andar, assim como, das pequenas embarcações utilizadas para atravessarem o Araguari. Um dos quatro negros que acompanhavam a equipe era o João, este sujeito indicou o possível lugar onde estariam os seus companheiros. Este negro viveu no quilombo, mas há mais ou menos dois meses tinha se ausentado e sido capturado. Leonardo e sua equipe chegaram ao lugar indicado no início da noite e o militar pediu aos soldados para:

[...] espisar se estavam ou não os Pretos nas suas cabanas [...] porem achei-me em vão pois já lás não assitião Pretos a perto de does mezes, pois me parece que des de que lhe faltou o dito Preto Joaó desmancharam huns bocados de rossas que tinham de mandioca hé se retiraram para longe com çerveime tres dias naquele logar hé mandando explorar tudo em redondo senaó achou vestígios alguns de que por ali tivesse andado genti [...] porem disse me o Preto pratico que daquelles logar se tinha recolhido e que o Preto Capattaz dos dittos fugidos quando para ali foram que já não estava para fazer cazas pois os brancos já por outras vezes os tinham corridos desde o rio do Frexal dia e meio retirado de Macapá athê que o fizeram passar Araguari: athé lá os perseguiam queimando suas cazas hé seos mantimentos que se aviam apresentar aos francezes, hé dis o Prático que [...] hé como naquelle logar viviam clara hé destintamente artilharia dos fortes de Maiacarri [...] (JOZE, 1990, p. 109-110).

Neste trecho do ofício percebem-se elementos importantes, a saber: a já indicada presença do quilombola João como guia, a estratégia dos quilombolas para não serem capturados, ou seja, após o desaparecimento de um dos membros da comunidade (João)

resolveram mudar de local e “desmancharam huns bocados de rossas que tinham de mandioca hé se retiraram para longe”. Outro fato interessante foi a presença de um “Preto Capattaz” que era o responsável pela vigilância no interior do mocambo. Leonardo e seus militares ainda ficaram de tocaia por três dias, mas não conseguiram encontrar ninguém. Os negros aprenderam com muita dificuldade a viver entre os rios e florestas, bem como, as táticas para evitar capturas.

Isso não significava que fugir para a floresta era necessariamente viver livre e sem dificuldades, tanto que muitos morriam devido as doenças, ataques de animais e fome. Não eram as matas propriamente ditas um lugar seguro para os quilombolas, mas a fronteira. As disputas territoriais entre Portugal e França deixaram a região contestada sem muito controle e policiamento: “dos vários quilombos que se constituíram na região do Amapá, aqueles que se formaram na área do Araguari foram, sem dúvida, os mais populosos e estáveis” (GOMES, 1999, p. 253).

Na fronteira, os quilombolas buscavam solidariedades e alianças com indígenas, mas também com os franceses. No documento acima, o militar Leonardo Joze afirmou que o negro João havia dito que existia um forte francês no rio “Maiacarri” (também chamado de Mayacaré) que se localizava ao norte do rio Araguari e ao sul do Calçoene, ou seja, os franceses não respeitaram os tratados estabelecidos que delimitaram os limites, como por exemplo, o de *Utrecht* (1713) que definiu o rio Oiapoque como fronteira. No já referido ofício do tenente Leonardo Joze (1990, p. 110) percebe-se que para sobreviver os amocambados produziam em suas roças mandioca e diversos mantimentos: “que se aviam apresentar aos francezes”. Isso significa que trabalhavam e vendiam produtos aos franceses que viviam no forte, aos que vinham de Caiena negociar escravizados com os indígenas, aos que atravessavam para realizar pesca e comércio com os inúmeros sujeitos da fronteira.

Em 1791, um negro chamado Miguel foi preso na vila de São José de Macapá e inquirido pelo juiz ordinário Manoel Francisco de Mello. O escravizado pertencia ao Antônio de Miranda e revelou que tinha o plano de fugir com os: “Pretos dezerttos desta villa que se acham amocambados” (LISBOA, 1990, p. 112-113). O que ele revelou merece especial atenção, pois demonstra as táticas dos “amocambados”. Quando Miguel estava vindo de uma campina da roça do seu senhor encontrou com o africano José que lhe perguntou se gostaria de falar com os amocambados. Miguel respondeu que sim e foi conduzido por José ao:

Curral do comtrato e ahi achava o preto Joaquim [...] hum dos fugidos que estava conversando com o Pretto de Antonio Fernandes Ortta, e indo mais adiante achavam o Pretto Domingos, e outro Escravo do Alferes Joam José Pereira e hum de Manoel Joaquim Picanso e hum de Domingos de Avilla e que querendo asubiar o dito Preto Jose lhe dissera que nam asubiase porque a senha deles era chupar nos beisos o que elle logo fizera. Porem que os dittos prettos fugidos o não conhecia e fazendo Pé atrás pegavam contra elle em Arco e flecha, porém que conhecendo-lhe falaram perguntando-lhe como passava por cá ao que eles lhes perguntava como passavam eles por lá. Ao que eles responderam que passavam muito bem que logo que daqui fugiram como iam amofinados e cansados da viagem os sangravam e purgavam e que foram tratados a galinha [...] (LISBOA, 1990, p. 112-113).

Os quilombolas enfrentavam diversas dificuldades para fugir e chegar ao lugar de destino. As florestas, rios e pouca alimentação os deixavam “amofinados e cansados”. Criaram códigos de comunicação que indicavam a presença de amigos ou inimigos, como por exemplo, na documentação acima o ato de “chupar nos beisos” era o indicativo de ser amigo e o caminho estava aberto para se aproximar. Viver nos mocambos não significava isolamento total, pois os amocambados produziam, trabalhavam, trocavam e vendiam seus produtos. O negro Miguel afirmou que no quilombo faziam:

Roças grandes e que seus averes os vendiam aos francezes porque com elles tinham comércio e que eles mesmos lhe tinham dado hum Padre da Companhia [...] e que o mesmo Padre hera o que os governava e que estavam muito bem de sorte que o escravo de Estevam Luis da Rocha já lá tinha hum Curral de gado, e que parte dos Seus companheiros tinham partido a fazer uma Salga para o seu Padre e outros que havia pouco tempo que tinham acabado de fazer tijolo para os francezes fazerem huma fortaleza com os ditos Pretos, e que todos andavam sempre armados com seus chifarotes o que se viu nos com que falou e roupas tintas de Caapiranga [...] (LISBOA, 1990, p. 113).

Os produtos das roças, os gados, as “salgas”, tijolos eram negociados com os franceses estabelecidos na região em litígio, onde tinham fortes e missões. Destaca-se que a região estava envolta por disputas territoriais e os franceses procuravam se instalar com o propósito de reivindicar o território. É neste contexto e com a intenção de expansão territorial que foram enviados os “padres da Companhia” para o estabelecimento de duas missões. Os amocambados viam os outros europeus como parceiros comerciais e assim puderam construir novas possibilidades de vida.

Conforme a informação do Miguel existia no quilombo vigilância reforçada para evitar a invasão, por exemplo, os guardas usavam “chifarotes”, ou seja, espadas curtas para debelar qualquer desordem. O auto de perguntas é um documento rico em detalhes o que provavelmente assustou as autoridades. Miguel deu detalhes das rotas e pontos de fugas:

[...] e que despedindo-se delles lhes disseram adeus até a festa do natal e que elles não vinham obrigar os prettos que fugissem e que só sim hiriam os que

quissem hir por Sua livre vontade e que mais lhe disseram que o Caminho por onde costumavam a vir a villa já não hera pelo frechal que hera pela Banda adonde Manoel Antonio de Miranda tem o curral para amor dos Brancos que hiam atras deles; he que tinham uma canoinha no rio Araguari para que quando vinham e hiam se passarem nela de huma para outra banda e que mais lhes disseram que a sua assistencia hera do Araguari para lá mas que todos os pretos fugidos estavam na parte de cá e para hirem trabalhar a terra dos francezes atravessavam hum rio de água salgada para lá hirem e que hiam pela manhã e vinham a noite e que todos os pretos que desta vila tem fogido que la estavam [...] e mais disse o dito preto, que os Pretos fugidos lhes disseram que tinham partido de lá para cá o mês passado para tornarem a vir e que quando vinham deixavam metade do mantimento no meio do caminho para quando voltavam [...] (LISBOA, 1990, p. 113-114).

O caminho não era mais pelo rio flechal, mas pelo Araguari por onde estabeleceram os pontos de fugas e relações de solidariedades. Ao passar em canoas para além do rio encontravam um território em disputa e, por conseguinte com certo grau de liberdade, inclusive para trabalhar e comercializar. Os africanos repassavam experiências e informações aos seus companheiros que desejassem fugir. Os fugitivos não se isolavam, prova disso foi o comunicado que estariam na vila de São José de Macapá no Natal, mas não forçariam ninguém a fugir. Havia uma rede de informações, amizades e cumplicidades entre os diversos sujeitos marginalizados que viveram na região fronteira, assim como, os amocambados com os escravizados que viviam nas senzalas da vila. Os negros vaqueiros eram os que passavam informações sobre os acontecimentos de Macapá para os foragidos e a razão disso foi o maior poder de mobilidade dos vaqueiros em relação aos outros ocupados em atividades que não ofereciam tantos movimentos (LUNA, 2011, p. 133).

Os amocambados estabeleceram relações comerciais e sociais com os africanos das senzalas, taberneiros e com senhores que contavam com os seus serviços para determinadas atividades. Outra tática utilizada pelos negros foi o roubo, em algumas situações eles foram até Macapá para roubar alimentos, ferramentas e roupas (LUNA, 2011, p. 135). Por exemplo, em 1 de julho de 1791 o governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho enviou para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro um ofício sobre a expedição de reconhecimento ao rio Araguari, a cargo do ajudante da praça de Macapá, Manuel Joaquim de Abreu. Francisco Coutinho informou que foi feita uma diligência e que os franceses estavam navegando principalmente entre os rios Oiapoque e Calçoene. O governador se expressou da seguinte maneira sobre os negros que viviam pelo rio Araguari:

[...] nas Cabeceiras deste Rio tem os Escravos fugidos hum azilo seguro; que alli existe grande numero delles. Chegando a sua ousadia as junto de vir a Macapá dezinquietar os Escravos dos Moradores para os seguirem: a Camera me tem feito varias representaçoens sobre este objeto (AHU_ACL_CU_013, Cx. 101, D. 7977, 1791, 1 de julho).

O rio era um “asilo seguro” para os amocambados que costumeiramente iam à Macapá “dezinquietar os escravos dos moradores para os seguirem”. Esta situação gerou muitas reclamações das autoridades da vila e os vereadores enviaram em fevereiro de 1793 um ofício ao governador do Estado agradecendo o empenho e apreensão de foragidos, mas a situação não estava fácil para os senhores. Segundo eles, “poucos escravos se achavam nesta Villa, porque os desertores os hiam pouco a pouco levando sem que pudessemos remediar esta ruina” (MACAPÁ, 1990, p. 114). Passava-se mais de 10 anos do fim da construção da fortaleza de São José e agora os negros que mais fugiam eram dos colonos. A solução sugerida foi manter presos os que haviam sido capturados e os outros seus donos deveriam:

venderem o que devem fazer para diferentes países donde nunca mais aqui apareçam porque do contrário nos ameaça outra maior ruina, porque cada um destes escravos é um piloto para aquelles continentes de donde agora vem e muito bem podem conduzir o que aqui há, sendo ao mesmo passo ladrões públicos dos gêneros das Lavouras destes habitantes [...] vindo do mocambo donde estavam refugiados pellas roças deste Povo donde não só levaram os averes que achavam mas ainda a roupa; e ferramentas [...] (MACAPÁ, 1990, p. 114-115).

A proposta seria vender os escravizados tidos como “pilotos” para lugares distantes na tentativa de evitar novas fugas. Estes negros vinham dos mocambos da região do Araguari e não apenas roubavam, mas também buscavam os seus companheiros que viviam nas senzalas: “tinham das cabeceiras do Rio Araguari, chegado a esta vila, sete armados pretos, e que dela haviam levado, os escravos [...]” (BRAUN, 1990, p.149). Nesta ocasião os negros levaram de uma moradora alguns africanos. Percebe-se que vieram armados e o comandante da vila mandou diligências para captura, mas não obteve sucesso.

Francisco de Souza Coutinho, escreveu um ofício em 20 de abril de 1798 ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho no qual afirmou que via de regra os africanos procuravam viver sossegados nos mocambos. Segundo ele:

Todos os que procurão aquella vida licenciosa não subsistem se não do que furtão, e levão a ousadia a ponto d’entrar não só nos sítios e nas Povoaçãoens, mas até nesta cidade a alliciar companheiros, e a levá-los a força quando os não achão de vontade principalmente mulheres (AHU, 1798, s/p).

Os moradores de Macapá pediram que os quilombos do rio Araguari fossem destruídos, pois não mais aguentavam. Em 1791, lembrou o governador do fato que causou alvoroço entre os colonos de Macapá. Os amocambados:

Ouzarão vir furtar descaradamente, e buscar novos companheiros, quando ouzavão até pôr fogo ás Casas, e quando em fim os mesmos existentes com seus senhores os intimidavão com aquelles a ponto de os não poderem castigar, que se pode esperar que hajão de fazer tendo as maquinações dos francezes em auxílio com abundancia de meios, e na disposição de não poupar quaesquer que sejão para nos offender? (AHU, 1798, s/p.).

Os quilombolas usaram diversas táticas de sobrevivências, tais como: manter relações comerciais e informacionais com seus companheiros que viviam na vila de São José de Macapá; a tentativa de levar mais escravizados para viver nos mocambos e até impor o medo por meio de ameaças aos senhores. O governador culpou os franceses por estarem incentivando os amocambados. A solução proposta por ele para barrar a suposta influência franceses foi criar estabelecimentos até o rio Calçoene (o tratado de 1797 determinava este limite). Coutinho alertava a necessidade de impedir o acesso pelo rio Mayacaré, pois através dele se chegaria ao rio Araguari e daí à Macapá. Este caminho seria: “o trilho dos fugidos ficando perto do intricado labirinto das ilhas da foz do Amazonas para aproveitar as communicações mais ocultas” (AHU, 1798, s/p.). Portanto, a principal rota de fuga e de esconderijo dos que fugiam de Macapá.

Os africanos construíram rotas de fugas para a colônia francesa, ou seja, na fronteira amazônica eles passavam de um território para o outro. Em 26 de maio de 1791, a pedido do comandante de Macapá, o ajudante da praça Manoel Joaquim de Abreu navegou para além do rio Araguari com o intuito de se informar sobre as presenças dos franceses no contestado. Como resultado dessa diligência que contou com militares e indígenas, produziu-se um “diário roteiro da diligência”. É um documento rico em detalhes sobre rios, igarapés, povoações ameríndias e da identificação de um forte francês em território considerado português. Os portugueses encontraram uma aldeia indígena cujo líder (capitão) era aliado dos franceses. Este capitão disse que: “Pretos de Macapá haviam passado pelas terras firmes do Rio Araguari às cabeceiras daquele rio Carapaporis e descido pela margem abaixo” (AHU, 1791, s/p.).

O governador do Estado, Francisco de Souza Coutinho, escreveu um ofício em 20 de abril de 1798 ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho, no qual informou o envio de uma diligência até o rio Cassiporé para que os portugueses conhecessem a nova fronteira, ou seja, o rio Calçoene que havia sido definida pelo tratado de Paris em 1797. Por este acordo os franceses expandiram o seu território

para além do rio Oiapoque. Outra preocupação do governador foram as fugas de escravizados e indígenas para *Guyane*, assim se expressou: “o perigo se não maior pelo menos o que mais fácil e mais prontamente se pode realizar he o de ficar esta capitania em pouco tempo sem escravos, e tambem sem Indios por se passarem sucessivamente para as Terras de Cayenna” (AHU, 1798, s/p.).

Mas o que atraiu os negros para Caiena? No documento a causa foi o fim da escravidão na colônia francesa (ocorrida em 1794). Para Francisco de Souza Coutinho, os negros: “que nella vivem tanto ou mais licenciosamente que nas terras que nascerão” (AHU, 1798, s/p.). Os ex-escravos viviam supostamente em grande liberdade e isso seria atrativo para os escravizados dos portugueses fugirem em massa. A solução apresentada pelo governador era aumentar a colaboração francesa na devolução dos que para lá fossem em busca da almejada liberdade.

Considerações finais

A escravidão foi extremamente violenta e cruel, mas como demonstrada nesta pesquisa os trabalhadores africanos lutaram contra o sistema que lhes oprimia. As fugas da vila de Macapá e dos trabalhos da fortaleza de São José foram experiências importantes que demonstraram que na fronteira amazônica setecentista os negros incendiaram as mentes e corações dos senhores e das autoridades coloniais.

As condições degradantes em que os escravizados viviam e trabalhavam foram impulsionadoras das fugas que contestavam a situação vigente. Elas não foram somente gritos por liberdade, mas a materialização deste desejo. Em uma fronteira porosa as experiências e ideias vindas da colônia francesa foram ressignificadas pelos fugitivos.

A área em disputa, ou seja, entre os rios Araguari e Oiapoque foi o principal destino para formações de mocambos, pois as dúvidas a quem pertencia gerou pouco controle e policiamento das autoridades portuguesas. Lugar preferido, mas não significou isolamento. As táticas dos quilombolas envolveram idas à vila de São José de Macapá para furtar alimentos e ferramentas, assim como, tentar convencer os que estavam nas senzalas a fugirem.

Portanto, em uma sociedade racista como a brasileira faz-se necessário trazer à baila não apenas a opressão, mas a luta contra ela. O conhecimento histórico pode servir para alimentar as resistências do presente, sobretudo as do povo negro.

"THEY DARED TO SHAMELESSLY STEAL AND SEEK NEW COMPANIONS, WHEN THEY DARED TO EVEN SET FIRE TO HOUSES": ENSLAVED ON THE RUN IN THE VILLAGE OF SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Abstract: This article aims to understand and explain the escapes of enslaved Africans on the northern Amazonian border (currently the State of Amapá) during the second half of the 18th century. Documents transcribed from the public archives of Pará and from the overseas historical archive were used to identify the survival tactics of the black workers who lived in the village of São José de Macapá and those who worked on the construction of the São José fortress. Fugitives created several strategies to escape and to remain in protection in hovels. The main escape route was directed to the Araguari River for two main factors: the geography composed by forests and rivers, as well as, the territory was disputed between Portugal and France, which generated little control in the region in dispute.

Keywords: Africans. Enslaved. Escapes. Macapa. Quilombos.

« ILS ONT OSE VOLER SANS VERGOGNE ET CHERCHER DE NOUVEAUX COMPAGNONS, QUAND ILS ONT MEME OSE METTRE LE FEU AUX MAISONS »: ASSERVIS EN FUITE DANS LE VILLAGE DE SAINT JOSEPH DE MACAPA

Resumé: Cet article vise à comprendre et à expliquer les évasions d'Africains réduits en esclavage à la frontière nord de l'Amazonie (actuellement l'État d'Amapá) au cours de la seconde moitié du XVIIIe siècle. Des documents transcrits à partir des archives publiques du Pará et des archives historiques d'outre-mer ont été utilisés pour identifier les tactiques de survie des travailleurs noirs qui vivaient dans le village de Saint Joseph de Macapa et de ceux qui ont travaillé à la construction de la forteresse de Saint Joseph. Les fugitifs ont créé plusieurs stratégies pour s'échapper et rester protégés dans des masures. La principale voie d'évacuation était dirigée vers la rivière Araguari pour deux facteurs principaux: la géographie composée de forêts et de rivières, ainsi que le territoire disputé entre le Portugal et la France, ce qui a généré peu de contrôle dans la région en litige.

Mots clés: Africains. Esclave. Des fuites. Macapa. Quilombos.

Referências

AHU_ACL_CU_013, Cx. 101, D. 7977, 1 de julho, 1791. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=013_PA&pesq=CU_013,%20Cx.%20101&pagfis=63278

AHU_ACL_CU_013, Cx. 112, D. 8712, 20 de abril, 1798. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=013_PA&pesq=CU_013,%20Cx.%20101&pagfis=70322

ALMADA, Manoel da Gama Lobo de, ao governador José de Napolles Tello de Menezes, 29 de julho de 1780, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 107.

BOCCARA, Guillaume. Fronteras, Mestizaje y Etnogénesis en las Américas. In: MANDRINI, Raúl; PAZ, Carlos D (Ed.). **Las fronteras hispanocriollas del mundo**

indígena latino-americano en los siglos XVIII-XIX: un estudio comparativo. Tandil: IEHS/CEHIR/UNS, 2003. p. 1-53.

BRANCO, Barão do. **Obras do barão do Rio Branco IV**: questões de limites Guiana Francesa segunda memória. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

BRAUN, João Vasco de Mello, 6 de setembro de 1791, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p.149.

CAMELO, Jozé Leocardio Roiz, a Francisco de Souza Coutinho, 24 de junho de 1795, Araguari. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 154.

CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras**: a construção da fortaleza de São José de Macapá (1764/1782). Brasília: Senado Federal, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas**: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.

COSTA, Paulo Marcelo da. **Em verdes labirintos**: a construção social da fronteira franco-portuguesa (1760-1803). 2018. 243 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

COUTINHOa, Francisco de Souza, a Luiz Pinto de Souza, 18 de junho de 1795, Pará. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 205.

COUTINHOb, Francisco de Souza, a Luiz Pinto de Souza, 21 de junho de 1795, Pará. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 206.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. Carta ao rei D. José, 17 de agosto de 1755. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 222.

GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 40-55. 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28363>

_____. **A hidra e os pântanos**: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX). 1997. 773 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

_____. Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Nas Terras do Cabo Norte**: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 225-318.

HURAUULT, Jean Marcel. **Français et indiens en Guyane 1604-1970**. Paris: Editions 10\18, 1972.

JOZE, Leonardo, ao capitão comandante Manoel Gonsalves Menineia, 16 de janeiro de 1779, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 109.

LANGFUR, Hal. **The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil Eastern Indians, 1750-1830**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

LISBOA, Joaquim José. Auto de perguntas ao preto Miguel escrito pelo escrivão Joaquim José Lisboa, em 05 de setembro de 1791, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 112-113.

LUNA, Verônica Xavier. **Escravos em Macapá: africanos redesenhando a vila de São José - 1840-1856**. João Pessoa: Editora Sal da Terra, 2011.

MACAPÁ, ofício da câmara de Macapá, 21 de fevereiro de 1793, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 114.

MENINEA, Manoel Gonçalves, ao governador Francisco de Souza Coutinho, Macapá, 29 de novembro de 1794. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 153-154.

PINTO, Luís Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>

RAVENA, Nírvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (Org.). **A escrita da História paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 29-52.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 14-39. 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362/30220>

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: FGV/UFPA, 1971. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

VERONAA, Nuno da Cunha de Atayde, a Fernando da Costa Atayde Teive, 7 de fevereiro de 1765, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 76.

VERONAb, Nuno da Cunha de Atayde, a Fernando da Costa Atayde Teive, 13 de fevereiro de 1765, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p.76.

VERONAc, Nuno da Cunha de Atayde, 19 de fevereiro de 1765, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 78.

VERONAd, Nuno da Cunha de Atayde, a Fernando da Costa Atayde Teive, 26 de fevereiro de 1765, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 79.

VERONAE, Nuno da Cunha de Atayde, a Fernando da Costa Atayde Teive, 14 de fevereiro de 1765, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 80.

VERONAf, Nuno da Cunha de Atayde, a Fernando da Costa Atayde Teive, 8 de março de 1765, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 80.

VERONAg, Nuno da Cunha de Atayde, a Fernando da Costa Atayde Teive, 21 de julho de 1765, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 81.

VERONAh, Nuno da Cunha de Atayde, a Fernando da Costa Atayde Teive, 3 de agosto de 1765, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 82.

VERONAi, Nuno da Cunha de Atayde, a Fernando da Costa Atayde Teive, 16 de setembro de 1765, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 84.

VERONAj, Nuno da Cunha de Atayde, a 18 de setembro de 1765, São José de Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 84.

VERONAk, Nuno da Cunha de Atayde, a Fernando da Costa Atayde Teive, 11 de outubro de 1765, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 85.

VERONAl, Nuno da Cunha de Atayde, a Fernando da Costa Atayde Teive, 20 de janeiro de 1767, Macapá. In: VERGOLINO – HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur

Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990, p. 89.

SOBRE O AUTOR

Bruno Rafael Machado Nascimento é mestre profissional em Ensino de História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); professor da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED-AP).

Recebido em 13/06/2020

Aceito em 24/09/2020